



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Análise das estratégias de reprodução social dos pescadores de
Rio Grande/RS numa perspectiva do cotidiano, geracional e de
gênero**

Gabriela de Donati Porto

Orientador: Prof. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

2010

Gabriela de Donati Porto

**Análise das estratégias de reprodução social dos
pescadores de Rio Grande/RS numa perspectiva do
cotidiano, geracional e de gênero**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre
2010

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pelo amor incondicional e por terem sempre me mostrado o caminho do conhecimento. Sem o apoio, a confiança e o financiamento deles nos meus sonhos e nas minhas convicções (que são deles também) eu não teria hoje um trabalho no qual pudesse agradecê-los. Agradeço pela paciência nos momentos em que parecia que nada daria certo. Aos meus irmãos, que mesmo com tantas diferenças, são a minha melhor referência de família e de amor.

Agradeço à professora Anita por ter me orientado na minha iniciação científica e neste trabalho e por estar sempre disposta a ensinar e a dividir o seu conhecimento. Agradeço também pela confiança e por todo aprendizado.

Ao professor Marcelo por ser meu orientador neste trabalho.

Aos pescadores de Rio Grande e aos representantes das instituições visitadas, imprescindíveis para a realização deste trabalho. Ao Jonas por ter me auxiliado nas entrevistas e na estadia em Rio Grande.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos de iniciação científica recebida.

À colega de bolsa e amiga Ana Laura, por ter estado ao meu lado desde o início da iniciação científica e desde muito antes como colega de escola. Por ter dividido comigo as dúvidas, as aflições e os alívios quando tudo acaba bem.

Por estar ao meu lado em todos momentos, ao Christopher, que aguentou minhas aflições e meus devaneios sociológicos.

Às colegas de faculdade, amigas que levo pra toda vida Fran, Mari, Carol, Pri, Jô, Polli, sem vocês não teria graça. É pelos momentos de diversão, descontração e também de aprendizado e estudo que agradeço por estarem ao meu lado. Aos demais colegas, agradeço pela amizade. Também aos meus amigos pessoais, que se tornaram uma família em Porto Alegre, o que tornou a vivência por aqui em uma experiência única e agradável. Não os citarei, pois faltaria espaço.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter aberto suas portas para a minha capacitação e por toda infra-estrutura que encontrei para que fosse possível a realização deste curso.

A todos, o meu muito obrigado.

Resumo

O objetivo principal desse trabalho é analisar como se dá a reprodução social da categoria dos pescadores e quais as alternativas por eles buscadas fora da atividade para que seja possível atender às suas necessidades de sobrevivência cotidiana. É também objetivo do trabalho verificar como se dão as divisões do trabalho entre os membros da categoria por sexo e idade e ainda examinar os destinos dados aos financiamentos obtidos por políticas de crédito como o Pronaf. A fundamentação teórica realizada se deu com base na literatura acerca de reprodução social dos agricultores familiares, visto que os pescadores são assim categorizados pelas políticas públicas. A pesquisa foi realizada no município de Rio Grande, que possui cerca de três mil famílias de pescadores. Para a realização do trabalho, foram feitas entrevistas com pescadores e representantes institucionais, tais como secretarias municipais, colônia de pescadores, sindicatos, Banco do Brasil e Emater. Constatou-se que há uma divisão tradicional do trabalho por sexo e também por idade e que há uma busca pelos membros da família por empregos temporários ou fixos, tanto dentro quanto fora da atividade pesqueira, para auxiliar na renda familiar. Concluiu-se também que há, por parte das famílias, um grande incentivo na educação dos jovens, como forma de capacitá-los para atividades não ligadas à pesca e que o uso do crédito era usado basicamente para a manutenção e recuperação dos materiais de pesca.

Palavras chave: Reprodução social, pescadores.

Abstract

The main objective of this study is to analyze the fishermen's social reproduction and which alternative activities were sought out by them to meet their needs of daily survival. It is also the aim of this work to verify both the sexual division of labor and the division of work by age. Another objective is to examine the destination of the credits obtained by a governmental program of rural financing - Pronaf. The study is based on the literature about social reproduction of family farmers, since fishermen are placed in this category by public policies. The survey was conducted in the municipality of Rio Grande, which has about three thousand fishermen families. To carry out the work interviews were made with fishermen and institutions representatives, such as municipal departments, fishermen communities, unions, Bank of Brazil and Emater. It was noted that there is a traditional division of labor by sex and age and there is also a search for temporary or fixed jobs by family members, both inside and outside of fishery activity to assist in family income. It was also concluded that families encourage the education of the young as a way of enabling them for activities not related to fishing and the credit was used primarily for maintenance and recovery of fishing equipment.

Keywords: social reproduction, fishermen.

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 7 |
| O objeto de pesquisa | 13 |
| Objetivos | 15 |
| Hipóteses | 15 |
| Métodos | 16 |
| O município de Rio Grande e a situação da pesca | 18 |
| Pescadores são Agricultores Familiares? | 21 |
| Divisão Sexual do Trabalho..... | 25 |
| Pescadores Artesanais <i>versus</i> Pescadores Industriais..... | 27 |
| Estratégias de Reprodução Social | 29 |
| A reprodução cotidiana | 29 |
| A reprodução geracional..... | 34 |
| Estratégias em perspectiva de gênero | 36 |
| Considerações finais | 41 |
| Referências | 45 |

Introdução

O tema principal deste trabalho é a análise da situação dos pescadores do município de Rio Grande, fundada na questão da reprodução de uma categoria social, tanto no plano cotidiano como em termos geracionais. Como os pescadores, para efeitos de políticas públicas, são considerados agricultores familiares, grande parte da literatura sobre reprodução social da Agricultura Familiar foi utilizada como embasamento teórico deste trabalho.

Giddens (1989, p. 163), quando escreve sobre reprodução social, refere-se à tradição como “[...] mais do que uma forma particular de experiência de temporalidade; representa a ordem ‘do que passou antes’ na continuidade da vida cotidiana”. Ou seja, reprodução social é a vivência cotidiana e sua permanência no tempo e no espaço. Nas sociedades modernas, os indivíduos ‘fazem história’; são eles os responsáveis pelo direcionamento da sociedade. Giddens critica o estruturalismo durkheimiano, que julga a sociedade como superior aos indivíduos que a constituem. Para ele, cada indivíduo influencia a sociedade e tem capacidade de perpetuação através de instituições organizacionais e representativas.

Segundo Almeida (1986), a reprodução social na agricultura familiar - e aqui vale lembrar que os pescadores são incluídos neste conceito pelo Governo Federal - pode ser abordada em parâmetros tanto cotidianos quanto geracionais. A reprodução cotidiana é referente às atividades e aos mecanismos que os membros de uma unidade familiar desenvolvem para produzir e consumir, para melhorar seu padrão de vida e investir na educação dos filhos, na saúde e no lazer dos membros da família. Baseia-se especialmente na atividade principal de fonte de renda da família e nas atividades realizadas no espaço doméstico, que geralmente incluem o cultivo de alimentos e a criação de pequenos animais destinados à alimentação dos membros da família. As condições de sucessão familiar determinam a reprodução geracional, ou seja, a manutenção das gerações mais novas na atividade desenvolvida na propriedade.

As condições de sucessão são atualmente questionadas nas Ciências Sociais, pois, segundo Brumer e Anjos (2008), os processos migratórios de jovens e mulheres do meio rural para o urbano está tornando a zona rural em masculinizada e idosa. Por isso a importância de analisar-se como o processo sucessório se dá entre

os pescadores, visando perceber como a atividade irá se manter, quais atores atuarão nessa continuidade e ainda se ela não corre o risco de extinção.

Além disso, a compreensão das estratégias de reprodução cotidiana dos pescadores será analisada para perceber quais atividades de produção, comercialização e beneficiamento de produtos são realizadas nessas unidades familiares e ainda quais as alternativas para a obtenção de recursos, fora da pesca, estão sendo realizadas.

Os pescadores são considerados agricultores familiares devido às suas condições de produção, baseadas na mão-de-obra familiar. Segundo a lei 11.326/2006, em seu art. 3º,

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Em uma revisão bibliográfica acerca do conceito de agricultura familiar, Tinoco (2006) conclui que “a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos recentes sobre o tema baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção do trabalho e na renda gerada pela atividade”. Esta direção de trabalho na qual a autora se refere, segundo Schneider (2003), não está necessariamente ligada ao agrário, ou seja, a manutenção da propriedade rural, e conseqüentemente da agricultura familiar, não se faz apenas pela exploração da terra e de seus recursos. A mescla de atividade agrícola com atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade, é chamada de pluriatividade, que consiste na complementação da atividade rural com a busca de outros recursos de renda para que a propriedade agrícola possa se manter e se reproduzir. Entretanto, não é apenas em atividades não agrícolas que esses trabalhadores complementam sua renda, pois o beneficiamento de produtos

provenientes da agricultura também possui essa capacidade, como, por exemplo, a produção em pequenos volumes de manteiga, queijo, biscoitos, embutidos, entre outros.

A pesca é historicamente conhecida como uma forma de captura de alimentos, tanto em água doce quanto em água salgada, praticada há séculos em todo o mundo. As comunidades ribeirinhas e litorâneas possuem na pesca uma forma de subsistência alimentar e, ao longo dos anos, foi-se transformando em atividade profissional, gerando movimentação de capital, ou seja, uma atividade econômica.

O Brasil possui um vasto litoral banhado pelo Oceano Atlântico e muitos rios no seu interior, o que faz dele um país bastante propício para a atividade pesqueira, tanto de subsistência quanto profissional/econômica. Por ser uma atividade profissional, a pesca é amparada legalmente pela legislação brasileira, bem como pelo governo, permitindo um melhor desenvolvimento da atividade.

Os pescadores começaram a ser representados politicamente no ano de 1919 através da Marinha de Guerra, que criou as colônias de pescadores (existentes até hoje). Essas colônias possuíam o intuito de suprir a demanda de peixe para o país e de defender a costa brasileira, uma vez que o período era marcado por guerras (COTRIM, 2008). No ano de 1962, foi criada a Superintendência para Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), vinculada ao Ministério da Agricultura, que tinha como objetivo principal o desenvolvimento da atividade pesqueira e foi nesta época que esta atividade teve maior impulso, chegando, no ano de 1973, ao auge de extração de pescados no Brasil. Em 1967, foi instituído o Código da Pesca, através do decreto lei número 221, que determinou que a pesca pode ser subdividida em comercial, desportiva e científica e que pescador profissional é aquele que “matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida” (BRASIL, 1967).

Com a extinção da SEDEPE e a criação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o foco de desenvolvimento da pesca mudou, passando do incentivo à superprodução ao incentivo da produção preocupada com a manutenção e não extinção desses recursos renováveis, da qual a pesca é necessariamente dependente.

A Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, criada com o intuito de incentivar cada vez mais esse setor ao desenvolvimento é hoje o Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA).

Os incentivos para o setor agrário foram feitos basicamente em forma de créditos e financiamentos, o que acabou por incluir os pescadores. Dentre eles estão: 1) o Benefício Fiscal; 2) o Crédito Rural; 3) o Seguro Desemprego; 4) o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O primeiro baseava-se em dedução fiscal, onde empresas que investissem na atividade pesqueira poderiam ter isenção de até 5% do valor devido do imposto de renda. Estavam também isentas de impostos ou taxas federais produtos importados que seriam para uso da atividade pesqueira.

A partir da década de 1950, foram adotadas diferentes políticas de crédito, permitindo um avanço na atividade pesqueira. Foi possível, assim, desenvolver a pesca industrial, uma vez que a liberação de crédito e os incentivos fiscais possibilitaram aos pescadores o investimento em barcos de grande porte e recursos para custeio desta atividade. Os investimentos neste setor fizeram a produção de pescados aumentar significativamente na década de 1960, chegando ao auge de sua produção no ano de 1973, porém a “intensificação da atividade pesqueira resultou em sobrepesca¹ e na redução nos estoques de pescado” (SOUZA, ABDALLAH, 2003). A redução de estoque está associada não apenas à pesca excessiva, mas também ao tipo de crédito liberado para esta atividade. Segundo Souza e Abdallah (2003), o volume de crédito para custeio da produção foi bem mais significativo do que o crédito para investimento, que serviria para a perpetuação do desenvolvimento do setor, ao longo dos anos. Desta forma, houve preocupação com a produção/extração do pescado e não com a manutenção do estoque, que viabilizasse o crescimento seguro e crescente da atividade pesqueira ao longo das décadas.

Para impedir que estes recursos se esgotassem por completo, no ano de 1991 os pescadores foram inclusos na política de seguro desemprego através da lei 8.287/91, que já existia por meio de decreto desde o ano de 1986. Porém essa lei só foi implementada em 1998. Desta forma, durante os meses de defeso², os

¹ Sobrepesca equivale à pesca excessiva, isto é, a um volume de pesca superior à capacidade de reposição de peixes, camarões e outros espécimes.

² Defeso é o período em que a pesca é proibida por lei para que a reprodução dos peixes não seja ameaçada.

pescadores recebem um salário desemprego e não realizam a pesca, sua principal fonte de renda, o que, de certa forma, melhorou o desempenho da pesca nos demais meses do ano. No entanto, apesar da safra de pescados oscilar com o passar dos anos, de um modo geral há um forte declínio em sua produção³.

O Pronaf é uma política de crédito rural e foi criado para suprir a demanda dos pequenos agricultores que não tinham acesso às políticas de crédito já existentes. As atividades agrícolas sempre deram amparo econômico para o desenvolvimento do Brasil, foi assim no início da colonização com o cultivo da cana de açúcar, passando pelo cultivo do café chegando a atualidade com a produção de soja e a pecuária em grande parte do território brasileiro. Porém sempre foram os detentores de grandes volumes de terra os beneficiados das políticas de crédito e para romper com esse paradigma é que o Pronaf foi criado e vem sendo alterado para melhor se adaptar as necessidades que surgem no decorrer do tempo.

Diferentes formas de ter acesso a este benefício foram desenvolvidas, a partir do Pronaf, como, por exemplo, o Pronafinho (contratos para custeio, sem carência para o pagamento da dívida, a ser feita no ano seguinte ao da retirada) e o Pronaf Mulher (voltado especificamente para projetos de mulheres trabalhadoras rurais). O Pronaf Mulher foi criado no plano safra 2003-2004,⁴ não como uma nova linha de crédito, mas sim como um sobreteto de até 50% ao valor máximo possível de ser retirado pela família, destinado a investimento (BRASIL, 2005). Neste plano safra também foi incluído o Pronaf Pesca, direcionado a pescadores e aquicultores artesanais.

A pesca comercial pode ser dividida em industrial ou artesanal, sendo a primeira àquela desenvolvida por empresas com equipamentos bem desenvolvidos e com beneficiamento do produto para a comercialização em todo o país e fora dele. Já a pesca artesanal é desenvolvida por pescador autônomo que trabalha com seus próprios equipamentos normalmente em regime de economia familiar, ou seja, utilizando mão-de-obra da própria família.

Os pescadores também podem ser categorizados segundo a mão-de-obra utilizada no processo produtivo, em familiar, assalariado ou empresário.. O pescador artesanal tem a pesca muitas vezes como atividade de subsistência e utiliza

³ As informações sobre as políticas voltadas para a atividade pesqueira, bem como sobre os modos de produção descritos nesta introdução tiveram, além dos autores citados no texto, a leitura de Pasquotto (2005) e Sousa (2001) como embasamento.

⁴ O plano safra inicia em 1º de julho de um ano e vai até o dia 30 de junho do ano seguinte.

embarcações próprias e pequenas (COTRIM, 2008). Esses eventualmente assumir a condição de trabalhador assalariado ou de empresário. Segundo o decreto Lei 221/67, a pesca artesanal é considerada comercial, pois é uma atividade socioeconômica (BRASIL, 1967).

A pesca artesanal conta ainda com a especificidade de, em algumas situações específicas, ocorrer uma divisão de trabalho entre homens e mulheres. Esta divisão de trabalho pode ocorrer, como foi observado no sul da Bahia, na Reserva extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (RESEX) (CIOMMO, 2007), de modo que aos homens cabe a incumbência de realizar a pesca propriamente dita e às mulheres a limpeza dos pescados, atividade que agrega valor ao produto, mas não é reconhecida nem remunerada. Desta forma, mesmo que as mulheres tenham certo nível de acesso aos instrumentos de pesca, elas não participam da divisão dos lucros gerados por ela. Além disso, as mulheres geralmente praticam uma agricultura de subsistência, trabalho tão naturalizado⁵ como as atividades que realizam cotidianamente no interior de suas residências.

No estado do Rio Grande do Sul, onde há estruturas de apoio bem desenvolvidas, a comercialização e a distribuição do pescado se fazem através de empresas e intermediários, principalmente de fora dos municípios onde se pratica a pesca, por redes de cooperativas ligadas às colônias de pescadores. Quando as estruturas de comercialização são precárias, ela é feita diretamente pelo próprio produtor, sem um beneficiamento que agregue valor ao produto, o que, na maioria das vezes, provoca rendimentos mais baixos, uma vez que o produto é altamente perecível; e, para garantir a venda, o produtor deve render-se ao valor estipulado por intermediários que possam fazer a conservação e a futura comercialização, reforçando as relações de subordinação do pescador para com os comerciantes (MONTEIRO; CALDESSO, 2004). São exceções os contratos de venda, mesmo que informais, entre os pescadores e restaurantes, prefeituras (merenda escolar) ou consumidores, ou a venda direta em postos de venda nos centros urbanos (como a CEASA, por exemplo).

A organização da pesca no Brasil é atualmente responsabilidade do Ministério da Pesca e da Aqüicultura (MPA), mas este segmento já foi responsabilidade do

⁵ São consideradas ‘naturalizadas’ as atividades realizadas pelos indivíduos como sendo parte de sua natureza (biológica), sem reconhecimentos dos fatores culturais que atribuem diferentes atividades a homens e a mulheres.

Ministério da Marinha (na década de 1920) e do Ministério da Agricultura (no período do regime militar), sempre ligado a uma secretária específica, como foi o caso da Superintendência para Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do IBAMA (COTRIM, 2008).

O Ministério da Aquicultura e Pesca (MPA) possui hoje uma política de crédito chamada ProFrota Pesqueira que visa o investimento em melhoramento de embarcações possibilitando maior competitividade do setor e maior segurança aos seus profissionais. Este programa está fortemente ligado à pesca industrial, utilizando como principal estratégia a consolidação de uma frota nacional e um aumento de captura de pescados. Aqui ficam evidentes as heterogeneidades existentes dentro da pesca, o que leva o governo a ter dois programas de crédito diferenciados, um para industriais (ProFrota) e o outro para artesanais (Pronaf Pesca).

O objeto de pesquisa

A pesquisa que fundamenta este trabalho foi realizada no município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. O município de Rio Grande está localizado ao sul do Estado e é banhado pelo Oceano Atlântico e pela Lagoa dos Patos. O município tem na pesca uma das principais atividades econômicas e possui um porto, importante para o escoamento da produção do Estado e também para a chegada de produtos importados pelo País. Sua população é de 192.582 habitantes (CENSO IBGE, 2010), da qual 96% vivem no meio urbano e apenas 4% no meio rural; o número total de famílias que tem na pesca a principal fonte de renda é 2.741.

Numa entrevista realizada em julho de 2009⁶, o presidente da Colônia de Pescadores do município de Rio Grande informou que a alocação de crédito através do Pronaf para custeio da produção pesqueira no município foi suspenso desde 2007, devido ao alto nível de inadimplência dos pescadores daquele município, o que significa que mesmo os pescadores que estavam em dia com o pagamento de

⁶ Entrevista realizada em julho de 2009 pela Professora Anita Brumer e pelas graduandas Ana Laura Moyses e Gabriela Porto para o projeto “O Programa de Crédito Rural no Brasil na Perspectiva de Empoderamento das Mulheres”, financiado pelo CNPq, com o presidente da quarta colônia de pescadores do município de Rio Grande. Naquela ocasião, também foram entrevistados os técnicos agrícolas da EMATER-RS e o funcionário do Banco do Brasil responsável pelo crédito do Pronaf, os quais corroboraram a informação sobre o bloqueio do crédito aos pescadores do município.

suas dívidas deixaram de ter direito aos empréstimos do Pronaf. Neste ano (2010)⁷, novamente em entrevista com o presidente daquela colônia e com o secretário da pesca do município, recebi a informação de que os pescadores artesanais de Rio Grande continuavam excluídos do Pronaf. Merece destaque o fato de que, se os pescadores não têm direito ao crédito, suas companheiras e outros membros de suas respectivas famílias também não o têm, uma vez que este é um crédito complementar (sobretudo de 50%) ao valor disponibilizado ao(à) produtor(a) principal.

Quando o Governo Federal cria programas de incentivo fiscal foca principalmente no desenvolvimento socioeconômico de determinadas camadas da população, a partir de pressupostos generalizantes, como o aumento de produtividade, da renda, ou seja, num melhoramento de vida para os beneficiários do programa. Entretanto, não é em todos os casos que os beneficiários conseguem tornar esta expectativa em realidade, visto haver diferentes fatores que influenciam a produção agrícola e a pesca. A dependência de recursos naturais por parte dos produtores agrícolas e pescadores influencia muito no resultado de seus investimentos. Além disso, as mudanças climáticas e fenômenos naturais também podem favorecer ou prejudicar os produtores, com safras abundantes ou com a redução ou perda de todos os investimentos. No caso da pesca, os fatores climáticos, dificuldades de acesso aos mananciais de peixes e a pesca excessiva são os principais fatores que fazem com que as safras diminuam a cada ano. Com as safras diminuindo e a categoria dos pescadores tornando-se cada vez mais inadimplentes⁸ em relação aos créditos recebidos, a reprodução social desta categoria tende a se modificar.

Foram esses aspectos que despertaram nosso interesse de pesquisa e, com base nelas, direcionamos as questões que norteiam este trabalho para:

a) De que forma o financiamento governamental era usado pelos pescadores antes do bloqueio do crédito e como sua falta interfere na atividade?

b) Quais as alternativas e estratégias estas famílias desenvolveram para se manter a partir na atividade pesqueira e para garantir sua reprodução cotidiana?

⁷ Em nova ida ao campo de pesquisa, dentro do mesmo projeto referido na nota anterior.

⁸ Significa deixar de pagar as parcelas dos recursos recebidos dentro do prazo fixado para isso.

c) Que novos mecanismos estão se desenvolvendo para que essas mudanças não venham a impedir a reprodução social dos pescadores na zona rural do município de Rio Grande?

Objetivos

O objetivo geral do trabalho é observar como se dá a reprodução social da categoria dos pescadores e quais as alternativas buscadas fora desta atividade, para que seja possível tanto a atividade pesqueira como outras atividades geradoras de renda, com vistas a atender a suas necessidades de sobrevivência (reprodução cotidiana).

Os objetivos específicos são:

- a) Examinar o destino dos financiamentos obtidos pelos pescadores e as alternativas buscadas em sua ausência;
- b) Verificar como se dá a divisão do trabalho por sexo (relações de gênero) e por idade (relações de geração);
- c) Considerar as perspectivas de reprodução geracional da atividade pesqueira.

Hipóteses

O presente trabalho parte das hipóteses:

a) Os pescadores utilizam-se de estratégias - como o cultivo de hortas para consumo próprio (sendo, desta forma, pescadores/agricultores) e de trabalhos fora da atividade pesqueira, como no setor de serviços e construção civil - para aumentar a renda familiar e garantir a reprodução cotidiana dos membros da família.

b) No que se refere à reprodução geracional, por um lado, a atividade pesqueira corre risco de ficar cada vez mais precária, por falta de investimento, comprometendo assim a continuidade da atividade; por outro lado, devido à diminuição dos rendimentos, os jovens tendem a buscar atividades fora do setor.

Métodos

Os métodos utilizados no presente trabalho foram, primeiramente, realizar um embasamento teórico acerca de políticas de crédito voltadas para os setores de agricultura, aquicultura e pesca e, posteriormente, confrontar essa teoria com a observação empírica, realizada no município de Rio Grande, junto aos pescadores. Foi também realizado uma pesquisa teórica acerca do conceito de reprodução social no meio rural e feitas leituras de trabalhos de pesquisa recentes sobre pescadores.

A escolha do município de Rio Grande decorreu da constatação de que entre seus pescadores havia sido registrado um alto índice de inadimplência⁹ em relação ao crédito retirado para custeio de produção, o que levou o banco a suspender novos financiamentos para toda a categoria. Foram feitas duas viagens ao município escolhido, para a realização de entrevistas e observações, em julho de 2009 e em outubro de 2010.

A parte empírica contou com entrevistas não estruturadas com sete informantes-chave: a) dois técnicos da EMATER (mediadores entre o crédito e os beneficiários); b) o Presidente da Quarta Colônia de Pescadores; c) o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais; d) o funcionário do Banco do Brasil responsável pela liberação de crédito do Pronaf; e) o Secretário Municipal da Pesca; f) o Secretário Municipal da Agricultura. Foram feitas, ainda, entrevistas com dez pescadores (quatro mulheres e seis homens) do município de Rio Grande, a maioria na sede da Colônia de Pescadores, mas alguns junto ao porto. Nem todos os pescadores entrevistados eram beneficiários do Pronaf.

A escolha dos pescadores foi de forma aleatória, com a preocupação de incluir indivíduos de ambos os sexos. Já a escolha dos representantes institucionais se deu por serem informantes-chave em suas respectivas áreas de atuação. A entrevista baseou-se nos questionamentos apontados tanto nos objetivos do trabalho quanto nas hipóteses apresentadas e foram feitas informalmente, para que os entrevistados se sentissem mais a vontade. Foi realizada uma análise de conteúdo das entrevistas.

⁹ Durante as entrevistas realizadas em Rio Grande, obtivemos a informação de que, a partir de 5% de inadimplentes numa mesma categoria de produtores o banco aciona um sinal de alerta e entre este limite e 17%, os créditos para toda a categoria são suspensos.

No quadro abaixo estão listados os dez pescadores entrevistados e suas principais características.

Quadro 1: Características dos pescadores entrevistados em Rio Grande (RS)

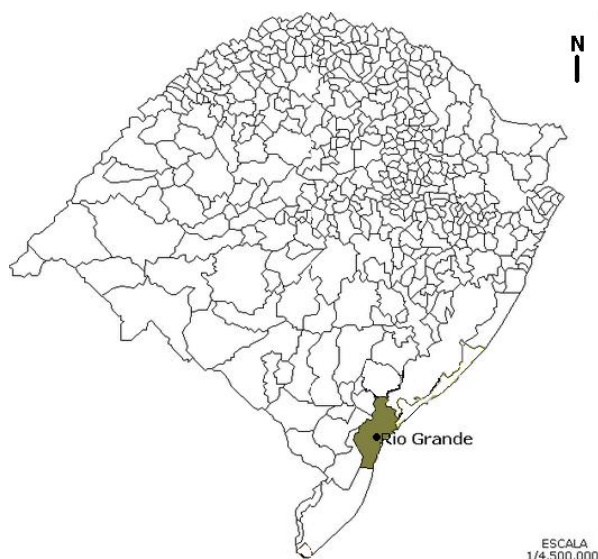
| Composição Familiar | | | | | | | | | | |
|---------------------|-----------|-------|--------------|----------------------|------------------------------|------------------------------|--------|--------|------------|------------|
| Pescador (a) | Sexo | Idade | Estado Civil | Escolaridade | Ocupação | Ocupação Cônjuge | Filhos | Pronaf | Moradia | Embarcação |
| 1 | Masculino | 56 | Casado | Fundamental completo | Pesador Artesanal | Comerciante | 2 | Não | Própria | Própria |
| 2 | feminino | 51 | casada | 4ª série fundamental | pescadora artesanal | pescador aposentado | 5 | Sim | Própria | Própria |
| 3 | masculino | 55 | casado | 5ª série fundamental | pescadora artesanal | doméstica | 2 | Não | Própria | Própria |
| 4 | masculino | - | casado | - | pescador industrial | do lar | 1 | Não | Própria | Própria |
| 5 | feminino | - | separada | - | limpadora de peixes | vendedor de peixe no mercado | 4 | Não | - | não possui |
| 6 | masculino | 65 | casado | 5ª série fundamental | pescador aposentado | pescadora aposentada | 3 | Sim | Própria | Própria |
| 7 | masculino | 22 | solteiro | 3ª série fundamental | proeiro de barco em alto mar | - | Não | Não | Dos pais | Patrão |
| 8 | feminino | - | casada | - | pescadora artesanal | pescador artesanal | 1 | Não | Dos sogros | Própria |
| 9 | feminino | 38 | viúva | - | pescadora artesanal | - | 4 | Não | Própria | Tio |
| 10 | Masculino | 25 | casado | 3ª série fundamental | proeiro de barco em alto mar | Pescadora artesanal | 1 | Não | Dos pais | Patrão |

Fonte: Pesquisa de Campo 2010.

O município de Rio Grande e a situação da pesca

Como já foi mencionado anteriormente, o município de Rio Grande está localizado ao sul do Estado do Rio Grande do Sul. Sua população é de 192.582 habitantes (CENSO IBGE, 2010) e a sua área abrange 2.814 km².

Figura 1. Mapa do Rio Grande do Sul, com a localização do município de Rio Grande



Este município conta com cerca de 902 famílias de agricultores familiares e 2.741 famílias de pescadores, segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT).

A categoria dos pescadores é atendida por três programas governamentais: a) o Pronaf; b) o programa de desenvolvimento territorial; e o seguro defeso (seguro desemprego específico para pescadores).

A pesca no município de Rio Grande possui algumas particularidades, como estar fortemente associada à indústria, quando realizada em alto mar, ou à safra de camarão, quando realizada na Lagoa dos Patos.

Na pesca em alto mar, os barcos são de grande porte e a atividade se desenvolve basicamente com o sistema de redes de arrasto. Esta pesca não é proibida durante os meses de reprodução dos peixes, porque eles se reproduzem no estuário da lagoa e não em alto mar. O tempo em que o barco permanece em alto mar varia em torno de uma semana e possui cerca de oito tripulantes.

A safra de camarão inicia no mês de fevereiro, e nesta época do ano os pescadores saem todas as noites com seus botes (pequenos barcos movidos a motor) para fazer sua captura. No ano de 2010, não houve safra de camarão, devido aos altos volumes de chuva nos meses que antecederam ao mês de fevereiro, os quais diminuíram a salinização da lagoa, fator que impede que as larvas de camarão se desenvolvam.

Para todos os entrevistados foi feita a seguinte pergunta: “como está a situação da pesca hoje?”. Entre aqueles que pescam na Lagoa dos Patos, a resposta foi basicamente a mesma: “difícil, muito difícil”. Essa dificuldade está associada à falta de safra de camarão neste ano (2010) e pelas condições climáticas que estão apontando que no próximo ano também não haverá safra. Em decorrência da falta de safra, o período de defeso foi aumentado em dois meses: ao invés de iniciar no mês de junho e seguir até setembro, como acontece normalmente, neste ano, iniciou em abril e se estendeu até setembro. Com o aumento do período do defeso, as famílias garantiram ao menos um salário mínimo durante seis meses, mas esse valor não é suficiente para a manutenção das necessidades cotidianas da família neste período, nem para realizar a manutenção e o pagamento das dívidas referentes a financiamentos obtidos. Além disso, durante os outros seis meses do ano, esses pescadores dependerão da safra de outros peixes. Por isso procuram outras alternativas de sobrevivência. Como se constatou, o recebimento do defeso dá suporte para as famílias não ficarem desamparadas durante o período em que estão impedidas de pescar, entretanto não rende a elas o que obteriam com uma safra comum de camarão e elas ficam desassistidas durante o período de pesca comum, visto que a safra de outros peixes não rende como uma safra de camarão renderia.

A viagem a Rio Grande, no início do mês de outubro de 2010, coincidiu com os primeiros dias em que a pesca havia sido liberada e poucos pescadores foram encontrados na lagoa, isso pelo fato de os peixes ainda estarem muito pequenos e escassos, não sendo rentável para eles sair durante a madrugada para a pesca. Segundo um pescador entrevistado, alguns pescadores passam doze horas pescando na madrugada e conseguem pelo produto algo em torno de vinte ou trinta reais por dia.

As safras, não apenas de camarão, vem sofrendo quedas significativas ao longo dos anos, tornando a atividade cada vez menos suficiente para manter as

unidades familiares. Alguns motivos são apontados para explicar essa escassez, decorrentes da ação humana ou por fatores climáticos. Entre os motivos decorrentes da ação humana estão:

- O “esforço de pesca”¹⁰ durante muitos anos, mesmo no período de reprodução dos peixes, quando ainda não existia a proibição legal.
- A pesca realizada em alto mar com redes de arrasto, atividade não proibida, mas que acaba capturando peixes ovados.
- A ampliação e o afunilamento dos molhes da barra, o que dificulta a entrada dos peixes para desova.

As primeiras duas ações são praticadas pelos próprios pescadores, os quais não percebem que poderiam melhorar as condições da pesca a longo prazo; a terceira, mesmo sendo uma ação humana, independe da capacidade dos pescadores.

Entre os fatores climáticos, destacam-se:

- Os altos volumes de chuva nos períodos de crescimento dos camarões.
- A diminuição da salinidade da água da lagoa.

A respeito da situação da pesca, um pescador, entrevistado em frente ao mercado onde alguns pescadores vendem sua produção a intermediários, falou: “teve uma época [em] que a pesca dava e dava bem, mas hoje tá muito difícil. Tá vendo aquele pescador chegando? Ele vai conseguir o que por aquele peixe? Uns vinte ou trinta reais?”.

A venda do pescado, pelos pescadores artesanais, os considerados aqui como pescadores familiares, é feita normalmente a intermediários, que o revendem para os consumidores. Normalmente, os pescadores que moram em ilhas - como a Torotama - vendem a intermediários que buscam a produção na própria ilha; outros vendem no mercado, no centro da cidade, mas também para intermediários. Nos meses de safra de camarão, alguns pescadores realizam a venda do produto direto ao consumidor na calçada do mercado, próximo à lagoa. De acordo com um pescador entrevistado, esta prática é ilegal, mas é uma maneira de garantir um pouco mais de dinheiro, visto que, quando vendem para intermediários, eles recebem cerca de dois reais por quilo de camarão sem nenhum beneficiamento,

¹⁰ Termo usado para determinar quando há excesso de pesca em determinada região.

valor que aumenta para perto de três reais o quilo quando vendem diretamente aos consumidores.

Quando os pescadores conseguem pescar alguns siris, antes da venda para os intermediários ou para consumidores, eles realizam seu beneficiamento, retirando a carne destinada à venda. Esse trabalho é normalmente feito pelas mulheres pescadoras ou que façam parte da família de pescadores. São também as mulheres que fazem beneficiamento de outros pescados. No mercado público, onde os peixes são comercializados, os intermediários que compram pagam a algumas mulheres para limpar os peixes e, quando lhes convém, para cortá-los em postas.

O trabalho realizado pelas mulheres no mercado rende-lhes um real por quilo de peixe limpo. No período de defeso, como não há pesca, também não há trabalho para elas, deixando-as sem renda durante esses quatro meses (junho-setembro), pois elas não estão inscritas como pescadoras artesanais. Quando perguntada sobre como faz para sobreviver, uma mulher falou: “viemos pra cá todos os dias e limpamos peixes. Quando tem peixe, trabalhamos, quando não tem, não [trabalhamos]. Quanto mais rápido fizermos o trabalho, mais ganhamos, pois podemos fazer mais por dia”.

A falta de safra de camarão afeta não apenas os pescadores, mas todo o sistema econômico da cidade, uma vez que há toda uma rede comercial que gira em torno da pesca, e acaba ficando ameaçada. As casas de venda de redes e materiais para a pesca, como chumbo, linha entre outros, param de vender seus produtos, pois sem pesca não há consumidores interessados, formando um ciclo que afeta a economia local como um todo.

Pescadores são Agricultores Familiares?

Para fins de algumas políticas públicas, a categoria dos pescadores está incluída como agricultores familiares. Isso se explica pelo fato de ambos terem suas atividades baseadas na mão-de-obra familiar e no tipo de propriedade, também familiar. Esta categorização também é explicada pelas atividades das duas categorias de produtores serem primárias, baseadas na extração de recursos naturais renováveis. Porém, além das semelhanças, há diferenças entre essas duas categorias, e é a respeito desses aspectos que se tratará nesta parte do trabalho.

Como já foi visto anteriormente, agricultores familiares são indivíduos que possuem na atividade agrícola a sua principal fonte de renda e na família a principal mão-de-obra (TINOCO, 2006). Já os pescadores são indivíduos que possuem na pesca a principal fonte de renda, mas independentemente da mão-de-obra utilizada. Isso significa que nem todos os pescadores possuem acesso a certas políticas de crédito, como o Pronaf, por exemplo, pois este é um programa que visa o fortalecimento dos agricultores familiares, sendo assim, somente os pescadores familiares ou artesanais é que terão acesso a esse tipo de crédito. Há ainda os aquicultores, que cultivam produções de peixes e frutos do mar em tanques e açudes, que também estão incluídos na categoria dos pescadores e, dependendo da mão-de-obra utilizada e do tipo de propriedade é que são ou não incluídos no Pronaf.

Para Diegues (1983), os pescadores, dependendo da mão-de-obra utilizada, podem ser classificados como empresários, assalariados ou familiares e, para a legislação vigente, a pesca pode ter três finalidades basicamente: 1) desportiva; 2) comercial e 3) científica. A primeira “é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial” (BRASIL, 1967), a segunda é aquela que possui finalidades de atos comerciais e a terceira é exercida unicamente para fins de pesquisa.

Quando classificado como pescador artesanal, não há exigência que os pescadores residam em zonas rurais. No município de Rio Grande, local da pesquisa, muitos pescadores que receberam crédito do Pronaf residem na zona urbana, normalmente em vilas de pescadores, algumas, inclusive, próximas ao centro da cidade.

A retirada de crédito via Pronaf é determinada a partir da renda anual da propriedade familiar cujo indivíduo beneficiário pertence. No plano safra 2008/2009 houve algumas mudanças nestas divisões, através da resolução número 3.559 de vinte e oito de março de 2008, resultando nas seguintes categorias de agricultores familiares:

Grupo A: Agricultores(as) familiares assentados(as) da reforma agrária e do Crédito Fundiário.

Grupo B: Possuem até 4 módulos fiscais; Obtenham no mínimo 30% da renda proveniente da exploração agropecuária; Renda bruta anual até R\$ 5.000,00.

Grupo Agricultores Familiares: Possuem até 4 módulos fiscais;

Obtenham no mínimo 70% da renda bruta familiar proveniente da exploração agropecuária; Mantenham até 2 empregados permanentes; Possuem renda bruta familiar nos últimos 12 meses, de R\$ 5.000,00 a R\$ 110.000,00. Rebate de 70% na renda das atividades de pecuária leiteira, suinocultura e avicultura, não integrada, para fins de enquadramento no Pronaf. (BRASIL, 2008).

Antes do plano safra 2008/2009, o grupo de agricultores familiares era subdividido em grupos C, D e E, de acordo com a renda. Com a junção desses grupos, numa única categoria, a distribuição do crédito continua a ser feita de acordo com a renda do estabelecimento: embora os juros tenham sido diminuídos¹¹, quanto maior for a renda, maior é o volume de crédito disponibilizado e maiores são as taxas de juro. A novidade decorre da ampliação da renda máxima admissível para a inclusão dos produtores na categoria de agricultor familiar, a qual, na safra 2004/2005 era de R\$ 60 mil e foi elevada para R\$ 110 mil na safra 2010/2011.

O que chama a atenção nessas especificidades das categorias é que tanto as diferenças quanto as semelhanças entre elas são bastante significativas, o que impede que haja uma homogeneidade entre os beneficiários do crédito. Mais que isso, as heterogeneidades dentro da própria atividade pesqueira já são suficientes para que o governo se volte para ela ao criar políticas públicas. O seguro defeso, oferecido apenas aos pescadores durante os meses em que a pesca é suspensa para a reprodução dos peixes, é um exemplo bem sucedido de uma política específica para a categoria. Entretanto, os valores distribuídos, de acordo com os pescadores entrevistados, não são suficientes para manter a unidade familiar, uma vez que cada pescador inscrito recebe um salário mínimo, que atualmente é de 510 reais.

¹¹ No plano safra 2008-2009, quando foram extintos os grupos C, D e E do Pronaf (que passaram a compor uma única categoria, intitulada agricultura familiar) as taxas de juros foram reduzidas. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficaram entre 1,5% e 5,5% ao ano (antes, variavam entre 3% e 5,5% para os grupos que foram extintos). Já as operações de investimento tiveram juros entre 1% e 5% anuais, enquanto anteriormente variavam entre 2% e 5,5% ao ano. Fonte: Agrosoft, Edição n.107, de 07/05/2008. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/100805.htm>. Consulta em 15/11/2010.

É nesta linha de raciocínio que, no plano safra 2003/2004, o Pronaf Pesca foi criado como mais uma forma de impulsionar a atividade pesqueira ao desenvolvimento, e ainda para que ela possa ser realizada com melhores condições. Como relatou o presidente da colônia de pescadores Z1, durante a entrevista, antes da criação dessa linha específica para os pescadores e aquicultores, os pescadores de Rio Grande não tinham acesso ao Pronaf.

A criação do Pronaf Pesca foi uma forma de incluir uma categoria de profissionais que necessitavam de crédito para se manter na atividade, uma vez que as precariedades da pesca estão cada vez mais evidentes. Dessa forma o uso do conceito de agricultores familiares se estende aos pescadores e as subdivisões por renda em grupos se mantém no Pronaf Pesca, com grande heterogeneidade entre eles, da mesma forma em que ocorre entre os agricultores familiares.

Ciommo (2007) mostra uma comunidade de pescadores no sul da Bahia que possui atividades de agricultura para subsistência, o que aproxima as atividades de pescadores e agricultores. Porém, no município de Rio Grande, na conversa com os pescadores, nenhum respondeu afirmativamente sobre a prática de agricultura para auto-subsistência, alguns ainda comentaram que na Ilha dos Marinheiros é possível que haja essa prática, porém em Torotama e nas vilas urbanas de pescadores não, pois na primeira só há areia, terreno impróprio para cultivo de hortas e na segunda não há espaço físico que permita essa atividade.

Woortmann (1992) também, em estudo sobre comunidades pesqueiras do Nordeste, explica que normalmente outros estudos realizados sobre os pescadores tratavam especificamente da pesca, embora fossem desenvolvidas outras atividades nessas unidades familiares, como a agricultura, que permite a aproximação entre pescadores e agricultores familiares. Mesmo que não seja o caso do município de Rio Grande, esse aspecto não pode ser excluído do presente trabalho.

Ao conversar com os pescadores não houve percepção em nenhum momento de autoidentificação como agricultor. Todos se disseram pescadores e quando questionados sobre o cultivo de hortas ou assemelhados, nenhum respondeu positivamente. Essa não identidade como agricultores e o fato de existir uma secretária municipal para cada uma dessas categorias, é mais um indício de diferença entre ambas categorias. Inclusive os informantes-chave em momento algum se referiram aos pescadores como agricultores.

Divisão Sexual do Trabalho

A divisão de trabalho entre os membros de uma família pode se dar de diferentes formas, afinal não há uma regra a ser seguida, sendo essa uma construção cultural (CATTANI; HOLZMANN, 2006), mas o que se pode perceber é que a divisão de trabalho mais frequente é entre os homens e as mulheres. Segundo Cattani e Holzmann, 2006, p. 101), “a divisão sexual do trabalho [...] é uma das formas mais simples e, também, mais recorrentes da divisão do trabalho social”. Isso não apenas entre membros de famílias agricultoras ou ainda pescadoras, mas de maneira geral, essa foi (e continua sendo) a divisão mais comum adotada nas famílias ocidentais há anos, e que vem sendo modificada, mas que ainda guarda consigo um caráter de desigualdade bastante perceptível.

Os meios de comunicação de massa - jornais, televisão e rádio – divulgam, com frequência, a ascensão das mulheres a cargos de maiores competências, com mais alto nível de exigência de instrução, e inclusive de chefias, ao mesmo passo que são veiculadas notícias sobre a discriminação para com as mulheres no que diz respeito ao recebimento de salários condizentes com suas atribuições. As mulheres ganham relativamente menos do que os homens para realizar as mesmas atividades que eles.

Na atividade agrícola, esta realidade é ainda mais perceptível. As mulheres que ganham rendimentos mensais recebem menos que os homens, porém há ainda uma grande parcela delas que não recebem dinheiro por seus trabalhos realizados. Tradicionalmente as mulheres realizam atividades domésticas e não recebem por isso. O cuidado dos filhos e dos afazeres domésticos são responsabilidades femininas tanto no meio rural quanto em grandes cidades.

Nas sociedades caçadoras/coletoras as mulheres eram responsáveis pela coleta de frutas, ovos de pássaros, conchas e mariscos, enquanto os homens eram responsáveis pelo provimento da caça/pesca. Com o passar dos anos essa realidade pouco mudou e com a chegada da modernidade, as mulheres continuavam sendo responsáveis pelos afazeres domésticos e os homens pelo provimento de comida e dinheiro a família: é ele o *trabalhador*.

Em estudos sobre atividade pesqueira no nordeste, Woortmann (1992) fala que a pesca é atividade desenvolvida por homens, porém ela não a única atividade desenvolvida para a manutenção da reprodução social. A agricultura, geralmente

desenvolvida nessas comunidades, é uma atividade feminina, que não possui muitas vezes reconhecimento econômico mas que garante a reprodução cotidiana familiar.

Segundo Cotrim (2008), no Estado do Rio Grande do Sul a atividade pesqueira já era realizada desde quando apenas índios habitavam a região. Com a chegada das expedições de exploração do território, essa atividade passou a ter valor comercial no litoral norte. Os chamados Tropeiros percorriam muitas estradas para levar o gado de Sacramento para Sorocaba e ao passarem pelo litoral realizavam uma espécie de comércio, onde o produto dos litorâneos era o peixe salgado, que durava mais durante as longas viagens desses tropeiros.

Ainda segundo Cotrim (2008), o peixe salgado também servia para ser comercializado fora da região litorânea, como por exemplo em Porto Alegre, já o peixe fresco era comercializado na própria região. Esta atividade de agregação de valor ao peixe através da salga era feita em grande parte pelas mulheres, juntamente com suas atividades domésticas. Na década de 1950, com a estratégia de aumentar o mercado e de organizar os pescadores, foi criada uma cooperativa. Essa cooperativa era responsável pela salga e controle do estoque de peixes para comercialização com mercados mais distantes, como Porto Alegre. Porém ela foi extinta após a criação das estradas que ligam o interior do Estado ao resto do país, pois não podia competir com os atravessadores que surgiram com as novas tecnologias de armazenamento, como a energia elétrica. Neste período, a troca de mantimentos vindos da região colonial (Maquiné, Três Forquilhas) por peixe salgado foi marcante.

O litoral Sul do Estado, diferentemente do litoral Norte, teve outra forma de desenvolvimento da pesca, mais voltada para a indústria. Enquanto no litoral norte um regime mais artesanal era desenvolvido, juntamente com o trabalho familiar, no Sul, a pesca com grandes estruturas e maquinário era a aposta para o suprimento do consumo em todo o Estado. Entretanto nem todos foram absorvidos por essa indústria, remanescendo ainda muitos pescadores artesanais.

Um exemplo dessa diferença entre Sul e Norte é que, no Litoral Sul, com a existência do porto de Rio Grande, a pesca em alto mar era possível, bem como o uso de gelo para a conservação dos pescados, desde a década de 1920, enquanto, no Litoral Norte, a pesca era feita basicamente nas lagoas e próximo à encosta marítima, e a conserva do pescado era feita com sal, ao invés de gelo (COTRIM, 2008).

Após o forte investimento do governo na indústria pesqueira, que desenvolveu uma ascensão e uma queda em mais ou menos duas décadas (final de 1960 até meados de 1980), a pesca artesanal voltou a ter grande papel na atividade do município de Rio Grande, entretanto a pesca excessiva e ainda o aumento da competitividade, geraram dificuldades para esta atividade, e ano após ano a safra de pescado é mais baixa.

O Litoral Norte também sofreu com a industrialização de outros setores bem como com a exploração do turismo. Em cidades como Tramandaí, por exemplo, os pescadores venderam suas casas e terrenos próximos ao mar para turistas e especuladores imobiliários e foram morar em regiões mais distantes do mar, dificultando a atividade pesqueira tanto de comercialização quanto de subsistência.

Atualmente as mulheres ainda são responsáveis pelo cuidado doméstico, entretanto já incorporaram outras atividades, tal como trabalho assalariado. Elas também assumem o papel de 'chefe de família, quando não há homens adultos no convívio familiar.

Pescadores Artesanais *versus* Pescadores Industriais

A pesca em Rio Grande, como já foi dito, está fortemente associada à indústria pesqueira e à safra de camarão, dependendo do tipo de pesca desenvolvida e do tipo de pescadores ativos. Quando os pescadores são artesanais (familiares) a pesca é normalmente desenvolvida na Lagoa dos Patos, visando a safra de camarão. Se os pescadores são industriais (assalariados ou empresários) a pesca é realizada em alto mar, com um sistema diferenciado, buscando altos volumes de pescados para comercializar na indústria.

Existe assim uma subdivisão nesta categoria e juntamente a isso uma disputa de interesses. Enquanto os pescadores da lagoa reclamam de algumas ações realizadas pelos pescadores industriais na pesca em alto mar, os pescadores que abastecem as indústrias reclamam dos familiares por colocarem toda a categoria num patamar de inadimplência (no Pronaf).

Mesmo sendo voltados para a indústria pesqueira, alguns pescadores “empresários”, que são donos de barcos destinados a realizar pesca em alto mar, são cadastrados como artesanais, e podem assim retirar crédito do Pronaf, obviamente respeitando os limites de renda e as subdivisões deste programa. Para que sejam beneficiados com o Pronaf, os pescadores precisam dar garantias ao

banco de que irão pagar a dívida. O mais comum é que seus barcos sejam usados como garantia.

Conversando com um pescador industrial ficou clara a divergência entre pescadores de grande e de pequeno porte. O pescador em questão se autodeterminou artesanal, porém por possuir um barco de pesca de alto mar e cerca de dez funcionários não familiares, se enquadra como industrial. Segundo ele o impedimento da categoria em retirar crédito do Pronaf foi em consequência do governo não exigir garantias suficientes antes da sua liberação. Para ele, como isso não foi feito, atualmente toda a categoria está impossibilitada de retirar créditos. Quando qualquer pescador vai até o banco, segundo este entrevistado, os funcionários os tratam todos como “caloteiros”, considerando que estariam dispostos a retirarem crédito sem preocupação de pagá-lo.

Já nas conversas com os pescadores artesanais que tem como principal atividade a pesca na lagoa, houve comentários a respeito da pesca de arrasto realizada em alto mar. Segundo eles, como não há uma fiscalização constante, principalmente no período do defeso, quando os peixes estão ovados, os pescadores de alto mar acabam se aproximando da costa e capturando os peixes que desovariam na lagoa.

Essa afirmação foi por colocada ao pescador de alto mar, que respondeu que o problema da fiscalização não é com os pescadores do município de Rio Grande, e sim com os pescadores de outros estados e países, pois há muitos pescadores de Santa Catarina – principalmente - e do Uruguai pescando em águas gaúchas e infringindo as regras de tamanho de rede e locais de pesca. Adicionalmente, esses pescadores não desembarcam sua produção no município, acabam pescando nos limites do Estado gaúcho mas recolhem impostos no Estado de Santa Catarina ou no Uruguai. Com essa atitude, perdem os pescadores do município, pelo aumento da concorrência, uma concorrência desleal, segundo eles, e ainda perdem o município e o Estado em relação ao recebimento de impostos sobre esta produção.

O presidente do Sindicato dos Pescadores também citou o fato de haver pescadores de Santa Catarina e do Uruguai pescando nos limites gaúchos. Para ele, este é o principal problema enfrentado hoje pelos pescadores, uma vez que, com o aumento da concorrência, diminui a oferta de peixes para os pescadores locais.

O problema do aumento na extensão e afunilamento dos molhes da barra da lagoa também foi citado pelos pescadores que nela pescam. Segundo eles, essa

obra afeta diretamente a entrada de peixes para desova, uma vez que diminui a área de entrada e a afasta em direção a alto mar, aumentando o risco desses peixes serem capturados pelas redes de arrasto antes de conseguirem entrar na lagoa.

Mesmo havendo certas divergências entre pescadores de alto mar e da lagoa, o que pode-se perceber é que a coexistência dos dois tipos de atividade pesqueira não é de fato o problema que a pesca vem sofrendo em relação a diminuição da oferta de pescados. Os fatores climáticos que impedem o desenvolvimento das larvas de camarão e o aumento da concorrência em alto mar são anteriores a isso. O que estes pescadores solicitam é um maior olhar do governo para as suas condições. Em alto mar, maior fiscalização por parte da marinha e da capitania dos portos e na lagoa; para os pescadores de menor porte, maiores incentivos e auxílios para que mantenham sua reprodução cotidiana com menos dificuldades.

Estratégias de Reprodução Social

A reprodução cotidiana

Como foi informado no objeto da pesquisa, desde o ano de 2007 os pescadores estão proibidos de retirar o Pronaf, o que afeta diretamente sua reprodução cotidiana, uma vez que, embora com o crédito suspenso, as dívidas não foram zeradas; eles devem continuar a pagar as parcelas dos financiamentos recebidos, usando para isso os recursos que antes eram utilizados para os gastos com alimentação, vestimenta e educação dos membros familiares. O crédito retirado para o custeio da produção - chamado Pronafinho - era retirado normalmente em grupos de quatro pessoas, as quais eram mutuamente fiadoras, e usado para a reparação ou reposição de materiais usados na atividade pesqueira, como redes, chumbos, linhas e também para a manutenção dos barcos, realizando pinturas, reformas, etc.

Os bancos, responsáveis pela liberação de crédito, obedecem a regras internacionais, e por isso, independentemente das políticas públicas, os bancários, representando suas instituições, podem suspender a liberação de créditos e financiamentos para determinadas categorias. Uma curiosidade neste aspecto é que, quando há o interesse de um indivíduo ou de um grupo em retirar crédito, o que é analisado são as condições de garantias deles, ou seja, o crédito é individual e os bancos analisam conjuntamente as suas vantagens, riscos e fazem tal liberação

depois de examinar seu cadastro. Entretanto, quando há, na categoria, um alto grau de inadimplência, a individualidade não é mais respeitada, sendo todos os membros dela afetados, tanto os que pagaram em dia suas dívidas como os que estavam inadimplentes, ou ainda aqueles que não haviam feito financiamento anteriormente.

Além do uso do crédito, quando ainda era permitido, os pescadores realizam algumas atividades que contribuem para o aumento de renda. Entre as atividades desenvolvidas estão algumas ligadas à pesca, tais como a venda da produção gerada pela pesca a intermediários e o beneficiamento de pescados para agregar valor, que são atividades desenvolvidas diariamente pelos membros da categoria.

Entretanto, devido às incertezas e aos baixos rendimentos dessas atividades, a busca por empregos fora da unidade familiar e ainda fora do sistema pesqueiro é uma estratégia de aumentar a renda destinada à reprodução social cotidiana. Numa das viagens feitas a Rio Grande, conversando com os pescadores, pode-se perceber algumas atividades que são desempenhadas pelos membros das famílias para este fim. No quadro 1 estão apresentadas algumas informações sobre os pescadores entrevistados no município de Rio Grande.

Além das atividades descritas pelos pescadores como sendo a principal ocupação deles, há outras desenvolvidas em caráter de aumento de renda que foram informadas por esses pescadores como sendo alternativas para se manterem cotidianamente, às quais estão descritas abaixo.

Empregos assalariados:

A busca de uma parceria ou de um emprego assalariado junto à atividade pesqueira é efetivada quando as condições de manutenção da embarcação própria não compensam ao pescador. Assim, o pescador procura junto a outros pescadores uma forma de parceria, para poder exercer a atividade sem o ônus de colocar seu barco na lagoa e conseguir rendimentos inferiores ao necessário para a manutenção das redes e do gasto com combustível. Assim, ele pode buscar essa cooperação com outro pescador da lagoa, dividindo os custos da manutenção da embarcação e recebendo pelo serviço um percentual da produção. Ele pode ainda buscar um emprego assalariado para trabalhar em barcos de pesca em alto mar, onde recebe um salário base, em torno de 600 reais, e um percentual sobre a produção. Cada barco de pesca em alto mar emprega cerca de nove pescadores diretamente, entre aqueles que ficam em terra para dar suporte e aqueles que vão exercer a pesca

especificamente. Esse emprego pode durar todo o ano ou apenas no período do defeso, porém se este emprego existir não há possibilidade do pescador ter documentação de artesanal.

A busca por emprego assalariado nos barcos de alto mar é comum entre os jovens, pois é uma forma mais garantida de obter uma renda regular, uma vez que a pesca de camarão na lagoa está muito difícil e a pesca em alto mar não possui período de defeso, ou seja, não há proibição dessa pesca em nenhum mês do ano. O que ocorre é que nos períodos em que o volume de pescados é menor, os donos dos barcos não investem nas saídas dos mesmos. Entretanto os seus funcionários recebem o salário base, que é maior do que o salário mínimo pago pelo governo no período de defeso.

O trabalho feminino também é uma forma de aumento da renda familiar. Algumas mulheres trabalham como domésticas, em casas de famílias, como é o caso da esposa do pescador número 3 do quadro 1. Ele diz que o trabalho de doméstica que sua mulher realiza é a forma de manter a reprodução cotidiana da família, uma vez que apenas o salário mínimo do defeso recebido pelo pescador não é suficiente para dar conta das despesas mensais da família.

O comércio da esposa do pescador número 1, também do quadro 1, é outra forma de ajudar na renda familiar. Quando a pesca não acontece, por proibição legal ou por falta de safra, além do seguro defeso, os rendimentos comerciais dela garantem que não haja falta de comida e nem ameaça à reprodução cotidiana. Além disso, esse pescador disse realizar travessias de passageiros entre a Ilha de Torotama e o centro da cidade de Rio Grande. Com esse dinheiro, pode investir na manutenção de seu barco e no material para a pesca.

Benefícios governamentais:

O seguro defeso é a principal fonte de renda dos pescadores nos meses de junho a setembro, quando a pesca é suspensa para que não afete a reprodução dos peixes. O valor recebido do defeso é de um salário mínimo por mês para cada pescador inscrito como artesanal junto à colônia de pescadores.

O pescador número 10 do quadro 1 casado e pai de um filho, falou que até dezembro de 2009 ele era somente pescador artesanal da lagoa, mas, no início do ano de 2010, resolveu ir trabalhar também na pesca em alto mar; como assalariado: no período do defeso pesca em alto mar, no período de safra de camarão pesca na

lagoa, juntamente com sua esposa. Desta forma, ele garante a continuidade dos rendimentos, embora tendo perdido o direito de receber o defeso.

A retirada de créditos do Pronaf, principalmente para custeio da produção, ou seja, para investir na manutenção dos materiais de pesca e dos barcos era bastante utilizada, o que evitava tirar dinheiro da reprodução cotidiana para investir nos meios de produção e assim sobrava mais dinheiro para as necessidades diárias. De seis pescadores entrevistados que possuem embarcação própria, dois retiraram Pronaf para investir na manutenção dos barcos.

Hoje, sem a possibilidade de retirar o Pronaf, esses pescadores passam a investir na manutenção dos barcos com recursos destinados a sua reprodução cotidiana. Além disso, os que fizeram empréstimo estão pagando as parcelas devidas com dinheiro também destinado à reprodução cotidiana. Isso, basicamente por dois motivos: 1) o dinheiro investido no melhoramento dos meios de produção não teve retorno, uma vez que não houve safra de camarão em 2010; e 2) sem a possibilidade de retirar novos empréstimos, não há como fazer o rolamento da dívida, isto é, eles sacariam novos financiamentos para pagar as parcelas de empréstimos antigos.

Para esses pescadores, com frequência, a aposentadoria é a salvação da reprodução cotidiana familiar, isso porque a pesca, estando cada vez menos abundante e rendendo cada vez menos, necessita de outra fonte de renda. Ela é uma garantia de dinheiro ao final do mês, sem as incertezas da atividade. Segundo um pescador, muitos estão ansiosos para se aposentar. Outros ainda vivem com seus pais ou com parentes que já estão aposentados, o que garante no mínimo a alimentação mensal da família.

Outra forma de renda são as pensões, normalmente disponibilizadas pelo governo quando há acidentes de trabalho ou ainda quando o responsável por prover a renda fica inválido ou falece. Enquanto se esteve na colônia de pescadores aguardando para conversar com o seu presidente, conversou-se com uma pescadora que aguardava no local. Ela estava encaminhando os papeis para dar entrada no pedido de pensão, por motivo de falecimento do marido há dois meses. Quando questionei sobre as suas perspectivas na atividade, visto que ela também estava inscrita como pescadora artesanal, ela disse que pretendia conseguir a pensão e viver dessa fonte de renda, sem mais trabalhar.

A falta de interesse no trabalho é compreensível, uma vez que esta pescadora e seu marido não possuíam barco próprio, realizavam a captura do camarão com o barco de um tio dela e, em troca, repartiam os rendimentos com esse tio, num sistema de parceria. Sem o marido, ela não teria condições de manter a atividade pesqueira em volume suficiente para, depois de dividir os rendimentos com o tio, poder manter a si e aos membros de sua família com os rendimentos restantes.

O crédito do Pronaf estava sendo buscado por ela e pelo marido para adquirir uma embarcação própria, mas devido à burocratização e principalmente ao corte da categoria como beneficiários, não conseguiram os recursos necessários para fazer aquele investimento. A suspensão dos financiamentos do Pronaf, que a maioria dos pescadores considera ruim, para ela estava sendo positivo, uma vez que, com a morte do marido, não teria condições de pagar as dívidas decorrentes do empréstimo.

Há ainda o benefício do Programa bolsa família, disponibilizado para quem tem baixa renda e possui filhos em idade escolar. Dois dos dez entrevistados citaram o recebimento deste benefício como forma de auxílio na renda, uma vez que podem garantir roupas e materiais escolares para os filhos sem ter que mexer no dinheiro destinado à alimentação e ao pagamento de contas. A administração desse recurso é feita pelas mães das crianças.

Empregos temporários:

O conserto de equipamento de pesca dos pescadores em alto mar, principalmente no período do defeso, por parte de pescadores artesanais, é uma maneira de agregar valor ao seguro desemprego. Além desses barcos empregarem alguns pescadores de forma assalariada, durante todo o ano, quando há necessidade de recuperar redes ou ainda de melhorar os equipamentos para pesca, eles procuram os pescadores artesanais, normalmente nas ilhas, para a realização deste trabalho. Esta é uma atividade proibida legalmente, uma vez que no período do defeso não se pode ter atividades rentáveis com risco de perder o seguro; mesmo assim alguns pescadores arriscam a fazer outras tarefas remuneradas, como forma de melhorar suas condições de vida. Outros, no entanto, não têm tamanha ousadia e, com medo de perder a garantia do defeso, preferem os poucos rendimentos do salário mínimo ao invés da incerteza caso percam esse benefício.

O conserto de equipamento de pesca também é feito pelas mulheres, as quais também fazem a limpeza e o beneficiamento dos peixes para comercialização a terceiros. No mercado, esteve-se com duas mulheres que fazem a limpeza de peixe nos períodos em que há safra. Há ainda, segundo o presidente do Sindicato dos Pescadores, a limpeza de peixes nas indústrias de pescados, que não possuem assalariados, apenas contratados. No período em que os barcos que pescam em alto mar estão produzindo, muitas mulheres são contratadas para fazer o beneficiamento no pescado. Essa atividade é normalmente feita por mulheres, mas há casos de homens que também fazem essa limpeza. O pescador número 10 do quadro 1 disse já ter trabalhado em uma indústria de peixes juntamente com sua esposa, mas que parou de trabalhar pois a indústria fechou.

O chamado 'biscate' é uma prática comum entre os pescadores, também no período de defeso, para agregar renda familiar. A construção civil é a principal empregadora de pescadores nesta época. Além disso, os pescadores realizam alguns serviços de pequena monta para terceiros, como capinar pátios, auxiliar pedreiros, pintar casas, entre outros. Segundo os pescadores que realizam essas atividades, o maior problema é a proibição legal, pois eles estão sujeitos a serem 'dedurados' para a colônia de pescadores, perdendo, assim, o direito a receber o defeso. Um pescador disse que faz 'biscates' e recebe o defeso, e mesmo correndo o risco de perder o benefício, mantêm a prática. Segundo ele, nem o seguro defeso nem a renda dos 'biscates' seria suficiente para manter a sua família durante os meses de proibição da pesca.

A reprodução geracional

Em relação aos jovens, há, por parte dos seus pais, um grande investimento em qualificação para que sejam capacitados a trabalhar fora do sistema pesqueiro. Quando perguntados sobre o que acham do futuro da atividade e se gostariam que seus filhos se perpetuassem como pescadores a resposta foi negativa, entre todos os entrevistados. Para eles, há alguns anos atrás, a pesca era rentável, com pouca concorrência e principalmente sem necessidade de maior capacitação, tanto que os níveis de analfabetismo entre eles é muito grande, mas hoje, a concorrência tem aumentado e o rendimento já não é o mesmo. Além disso, a atividade pesqueira, segundo os pescadores entrevistados, é muito desgastante e pouco valorizada. Os baixos valores pagos ao produto demonstram essa desvalorização.

Mesmo com a preocupação dos pais no investimento educacional de seus filhos, os níveis de baixa escolarização entre jovens com idade em torno dos vinte anos ainda é grande. Conversou-se com dois rapazes, um de vinte e dois anos e outro de vinte e cinco anos, que estavam em Rio Grande numa reunião dos pescadores de alto mar devido a determinações do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) sobre a redução da metragem das redes permitidas na pesca. Eles residem em São José do Norte, município vizinho de Rio Grande. Ambos havia completando até a terceira série do ensino fundamental. Quando os questionei sobre os motivos para interromper os estudos, mostraram-se envergonhados. O mais novo falou que, para ser pescador, não há necessidade de muito estudo e que, para ele, a atividade é boa, rende o suficiente.

Mesmo não sendo do município, esses rapazes são representativos da população pesqueira, e observando o fator baixa escolaridade, encontrei também alguns pescadores, com idades entre 45 e 60 anos, que igualmente possuem baixos níveis de escolaridade. Com a finalidade de diminuir esses índices, a prefeitura, em parceria com a colônia de pescadores e a Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), possui um programa de alfabetização dos jovens. Quem explicou o funcionamento desse programa foram o secretário da pesca e o presidente da colônia de pescadores. A prefeitura é responsável pela disponibilidade de local para a atividade, já a FURG entra com os recursos profissionais, no caso os professores, e a colônia de pescadores faz a divulgação entre seus membros. A primeira turma formada por esse programa concluiu o ensino fundamental na Ilha dos Marinheiros e agora, nesta ilha, já se está implantando o ensino médio e na Ilha de Torotama o ensino fundamental, segundo o presidente da colônia de pescadores. Pescadores que se qualificaram nesse projeto já conseguiram empregos fora da atividade pesqueira por terem esse nível de escolaridade.

Segundo um pescador que estudou até o quinto ano, até para conseguir trabalho de servente de obra ou outros “biscates” a escolaridade mínima é o quinto ano (do ensino fundamental). Quando questionado sobre o programa de educação dos pescadores, e se ele não estaria participando, ele respondeu que, com a idade em que se encontra (55 anos), demoraria muito pra conseguir uma profissão de fato, e que para os serviços não ligados à pesca que ele realiza, o quinto ano é suficiente. Para ele, os que têm menos de trinta anos ainda possuem condições de se dedicar aos estudos, mas ele não.

O projeto educacional é posto em prática nos meses do defeso, quando os pescadores são proibidos de realizar a pesca e qualquer outra atividade rentável, sob risco de perderem o benefício. Para o presidente da Colônia, a preocupação com a época de oferecimento do curso é vantajosa aos pescadores, os quais, para não ficar parados, possuem a oportunidade de capacitação. Já para o pescador anteriormente citado, neste período de defeso, além do seguro desemprego recebido pelo governo, muitos pescadores buscam trabalhos informais para aumentar a renda. Outra forma de conseguir renda no período de defeso é a venda dos equipamentos de pesca, que deverão ser adquiridos novamente quando a safra de camarão reiniciar.

Mesmo a sua própria educação não sendo importante para esse pescador, a educação de seus filhos é muito valorizada por ele. Ele possui dois filhos, um menino de 14 anos e uma menina de 12 anos. A menina diz querer ser veterinária e o menino engenheiro mecânico. A seguir o trecho da entrevista sobre a importância da educação dos jovens:

O guri estava na FURG, o problema é que ele perdeu a bolsa - o governo dá bolsa. Eu estava pagando, 500 *contos* por mês, daí eu tive que parar, imagina, de onde eu vou tirar 500 *contos* por mês? Com o dinheiro que o governo dá pra nós, não dá. [...] Até chorei o dia que eu tirei ele [dos estudos]. Eu disse pra ele: 'olha, vai ter que parar e arrumar um *servicinho* pra ajudar aqui em casa'. Agora, ele está trabalhando, faz três meses que ele está num serviço. [...] O pior é que ele estava indo bem no colégio, se ficasse até o fim ele ia conseguir passar, mas não adianta ter vontade e não ter dinheiro pra pagar.

O incentivo familiar, porém, não é garantia de educação aos jovens. Muitos deles, ainda na adolescência, se mostram inclinados a trabalhar na pesca. O principal motivo é a realização de um trabalho que exige poucos níveis de escolaridade. Para os pais desses jovens, esse pensamento hoje não é garantia de um futuro para eles, entretanto dizem que não podem obrigar seus filhos a ser ou fazer o que eles não querem (no caso, estudar).

Estratégias em perspectiva de gênero

A principal atividade dos pescadores é a captura de peixes e esta é desenvolvida basicamente por homens e em alguns casos por mulheres. Das quatro pescadoras mulheres entrevistadas, três eram inscritas como pescadoras artesanais e disseram realizar a captura de camarão na Lagoa dos Patos. Entretanto, o primeiro pescador com quem se conversou me disse que muitas mulheres estão inscritas como pescadoras mas de fato não saem para realizar a pesca propriamente dita;

elas ficam em terra dando auxílio aos maridos e aos demais homens da família que estão na Lagoa.

Quando se perguntou a elas se realmente saíam de barco para realizar a captura do pescado, elas falaram que em alguns dias realizavam essa tarefa, mas que na maior parte do tempo ficavam em casa, cuidando do serviço doméstico e dos filhos. Fassarella (2008, p. 186) também observou isso e diz que “foi constatado que elas (pescadoras) se envolvem em geral com a pós-captura, especialmente no processamento do produto pescado; não chegam a realizar a pesca em raso e/ou alto mar, sendo essa uma atividade predominantemente dos pescadores”.

É interessante perceber que, em um primeiro momento, essas pescadoras, ao serem questionadas se de fato realizam a pesca na lagoa, responderam prontamente ‘sim’, porém, com o desenrolar da conversa, elas acabaram explicando a forma como se dividem as tarefas entre elas e seus maridos e admitem que as saídas para a Lagoa na verdade são raras. O principal motivo que leva essas mulheres a responderem ‘sim’ é o medo da fiscalização, pois, para estarem inscritas como pescadoras e receber o defeso elas precisam necessariamente ‘pescar’.

Ciommo (2007, p.157) levanta a questão do que seria pescar de fato, pois as mulheres, mesmo não estando no barco realizando a captura dos peixes, estão envolvidas com o sistema produtivo. “Algumas mulheres consertam as redes dos maridos pescadores, tarefa necessária para a manutenção da produção”.

Das estratégias citadas no item anterior pode-se perceber que, assim como a principal atividade que é a pesca, há uma divisão por sexo em relação às atividades desenvolvidas por estes pescadores para a reprodução social cotidiana e geracional. Segundo Cattani e Holzmann (2006, p.103), “a divisão social do trabalho é o processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se e especializam-se, sendo desempenhados por distintos indivíduos ou grupos”, e a “divisão sexual do trabalho diz respeito à separação e distribuição das atividades de produção e reprodução sociais de acordo com o sexo dos indivíduos” (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p. 101).

As mulheres são tradicionalmente responsáveis pelas atividades domésticas em nossa sociedade. Essa divisão por sexo já foi considerada biológica, ou seja, uma divisão natural. Entretanto “estudos comparativos de sociedades culturalmente distintas demonstraram a impropriedade desses argumentos, ao revelarem que os

supostos 'dons naturais' atribuídos aos homens e às mulheres não são similares em contextos culturais diferentes" (CATTANI e HOLZMANN, 2006, p. 101 e 102).

Das atividades desenvolvidas como estratégias de manutenção da reprodução social cotidiana, percebem-se claramente as que são desenvolvidas por homens e as que são desempenhadas por mulheres. As atividades domésticas, como já foi apontado acima, são tradicionalmente femininas, e entre os pescadores isso não é diferente. As mulheres são as responsáveis pelo cuidado familiar, tanto com os filhos quanto com a casa. Por isso são elas as que buscam trabalho como domésticas em casas de família. Além de exercer suas funções domésticas em suas casas, executam esse trabalho para outras famílias, o que lhes garante renda para investir no cotidiano familiar.

Pesquisas que exploram as questões de gênero mostram que a divisão sexual do trabalho está presente no universo dos agricultores familiares e também na pesca. Em uma pesquisa feita junto a Vila de São Miguel, no município de Rio Grande, Fassarella (2008) constata que as atividades ditas 'do mar' são responsabilidade masculina e as atividades 'de terra' são destinadas às mulheres. Porém, para a realização das atividades pesqueiras, os homens contam com o auxílio das mulheres e "para as mulheres, ter um emprego se considera uma opção e não uma obrigação, enquanto que, para os homens, o opcional é contribuir para as tarefas domésticas" (FASSARELLA, 2008, p. 185).

O que tradicionalmente as mulheres não exercem é a administração da renda familiar e nem o ato de prover essa renda. Esta realidade vem sendo modificada, uma vez que as mulheres, exercendo atividades fora da unidade familiar, estão se tornando responsáveis por prover renda. A administração da mesma é que ainda não rompeu com as barreiras culturais, mas vem aos poucos sendo integrada ao universo feminino. Fassarella (2008) mostra isso com sua pesquisa, quando refere que é responsabilidade das mulheres a ida aos bancos, mas as decisões do uso do dinheiro ainda são dos homens.

O benefício governamental do Programa bolsa família é administrado pelas mulheres, como já foi mencionado no item anterior. Segundo um pescador, ele não podia informar os detalhes de quanto a família recebia do Programa bolsa família nem como esse dinheiro era gasto, pois era sua mulher a responsável pelos cuidados domésticos e do dinheiro que recebia por ter um filho com idade escolar.

Outra pescadora que também informou receber o benefício falou que o usa para as necessidades cotidianas, como alimentação, roupas e material escolar.

A busca por trabalho assalariado junto a outros pescadores dentro da Lagoa é uma atividade desenvolvida basicamente pelos homens, visto que na maioria dos casos eles estão inscritos como pescadores enquanto suas mulheres realizam o trabalho doméstico ou outra atividade. Quando as mulheres também são pescadoras artesanais, normalmente trabalham em regime de parceria com seus maridos.

A busca por emprego assalariado junto a barcos em alto mar é uma atividade exclusivamente masculina. Em conversa com o presidente do Sindicato dos Pescadores, ele comentou que há falta de mão-de-obra jovem, pois estes estão muitas vezes envolvidos com drogas e não conseguem trabalhar. Perguntei se essa falta de mão-de-obra não poderia ser suprida por mulheres, uma vez que há diferentes trabalhos a serem realizados em um barco de pesca. A resposta foi dada em meio a muitas risadas do presidente e de outro funcionário do sindicato, presente na hora. Eles falaram que era *óbvio* que o trabalho não poderia ser feito por mulheres, pois elas não teriam força e coragem para isso. Segundo eles, isso não seria 'machismo' e sim uma falta de condição das mulheres para realizar tal atividade.

A retirada de crédito Pronaf pelos pescadores era feita de forma coletiva e normalmente casais de pescadores artesanais retiravam o crédito juntos. Nenhum dos entrevistados ou suas esposas retiraram o crédito Pronaf Mulher e, em entrevista feita com os técnicos da Emater, nenhum caso fora mencionado. O uso do crédito era normalmente destinado à manutenção do material de pesca, cuja responsabilidade de administração era dos homens.

O recebimento de demais benefícios, como o seguro defeso, a aposentadoria e as pensões, são disponíveis a ambos os sexos, mediante comprovação do direito. O dinheiro recebido é normalmente administrado pelo beneficiário em prol da família como um todo. Esse dinheiro é normalmente usado para a reprodução social cotidiana desses grupos familiares. A única contribuição social administrada exclusivamente pelas mulheres é o Bolsa Família.

Entre os jovens, a divisão por sexo das atividades e também das perspectivas de futuro podem ser igualmente percebidas. Enquanto os rapazes, ainda muito novos, buscam algum tipo de atividade remunerada para ajudar na renda familiar e ter alguns recursos para seus próprios gastos, as moças ficam em casa auxiliando

suas mães nos serviços domésticos. Dessa forma, muitos rapazes acabam por abandonar os estudos, enquanto as meninas, por passarem a maior parte do tempo em casa, conseguem administrar melhor os estudos e ter mais tempo para se dedicar a seu próprio aperfeiçoamento como forma de capacitação para, no futuro, conseguirem emprego fora da atividade pesqueira.

Considerações finais

O trabalho realizado permitiu a discussão acerca da pertinência de considerarem-se os pescadores como agricultores familiares. Através desse estudo pode-se perceber que as especificidades de cada uma das categorias servem para que elas se aproximem em alguns momentos (uso da mão-de-obra, tipo de propriedade) mas que se distanciem em outros (tipo de atividade desenvolvida).

Foi possível também demonstrar brevemente como a categoria dos pescadores se relaciona com as instituições e o governo e de que forma essa relação acaba por influenciar e determinar o desenvolvimento da atividade. Além disso, a percepção da divisão do trabalho por sexo mostra que a categoria, mesmo tendo a pesca com principal atividade, desenvolve outras atividades. Outro fator importante é a existência de subdivisões dentro da categoria dos pescadores, que em Rio Grande pode ser representada por pescadores artesanais e industriais.

As hipóteses formuladas previamente foram confirmadas, com base nos dados analisados. A atividade pesqueira, desenvolvida na Lagoa dos Patos, está sendo realizada de forma cada vez mais precária, sem a renovação e manutenção necessária que garanta a segurança dos pescadores. Isso se deve à diminuição das safras de peixes e às incertezas das safras de camarão frente às imprevisibilidades climáticas. A inadimplência não se dá por má fé dos pescadores, mas sim por dificuldades encontradas por eles no sistema produtivo que impede que seus compromissos sejam cumpridos. A principal causa da inadimplência são as baixas e incertas safras de pescados. Como consequência dessa inadimplência está a falta de recursos para a manutenção dos instrumentos de pesca e para a reprodução cotidiana familiar.

A categoria dos pescadores desenvolve outras atividades como forma de aumento de renda familiar, tanto dentro quanto fora do sistema pesqueiro. Essa renda gerada por trabalhos normalmente informais serve para a reprodução social cotidiana dessas famílias, o que ocorre principalmente no período do defeso, quando os pescadores inscritos como artesanais recebem apenas um salário mínimo. É a renda dessas outras atividades que possibilita o pagamento de contas, a compra de alimentos e ainda alguma forma de lazer desenvolvida pelas famílias.

Quando ainda era possível a retirada do crédito pelo Pronaf, os pescadores faziam o rolamento da dívida, investiam na manutenção de seus equipamentos de

pesca e na sua renovação quando necessário. Agora, devido à impossibilidade de retirada de crédito do Pronaf, o rolamento da dívida dos que já o haviam retirado alguma vez está prejudicado, ou seja, os pagamentos das parcelas ainda devidas estão sendo pagos com o dinheiro que seria investido na reprodução cotidiana das famílias. Dessa forma, essas famílias trabalham de forma precária e ainda necessitam de outras fontes de obtenção de recursos para aumentar o montante de sua renda mensal. Esses trabalhos são normalmente realizados de forma ilegal, pois uma vez beneficiário do seguro defeso, o indivíduo não pode realizar nenhuma atividade remunerada.

As atividades realizadas como estratégias para manutenção da reprodução social são, assim como a atividade pesqueira, divididas por sexo. São responsabilidades das mulheres as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos (por isso são elas também responsáveis pela administração do dinheiro recebido do programa Bolsa Família). Cabe ainda à mulher o trabalho assalariado como doméstica em casa de outras famílias e o trabalho de beneficiamento do peixe, seja nas indústrias, seja no mercado ou em casa. Esse trabalho de limpeza e beneficiamento do peixe é desenvolvido de forma temporária, o que significa incertezas quanto ao rendimento da atividade.

Aos homens, quando se trata de estratégias, cabe a busca de trabalho assalariado junto a outros pescadores, quando a manutenção de seu próprio barco não compensa ou ainda junto aos barcos de grande porte que realizam a pesca em alto mar. Os homens, quando havia um número suficiente de indústrias pesqueiras no município de Rio Grande, também realizavam limpeza e beneficiamento de peixe, porém, com o fechamento de muitas dessas empresas, esse trabalho passou a ser realizado basicamente por mulheres.

É também responsabilidade masculina a busca por trabalhos temporários, os chamados “biscates”, normalmente realizados no período do defeso, podendo ser os mais variados possíveis, predominantemente na construção civil.

A manutenção dos materiais de pesca, quando não há necessidade de serem trocados, é feita pelos próprios pescadores, como consertar redes, por exemplo. Os barcos que pescam em alto mar também necessitam dessa manutenção e pagam para que os pescadores artesanais façam ou consertem suas redes. Essa atividade é feita tanto por homens quanto por mulheres e também é comum no período do defeso.

Cabe a homens e mulheres também o recebimento de alguns benefícios governamentais, como a aposentadoria e o recebimento de pensões. A aposentadoria é uma forma de garantir uma renda mínima durante os doze meses do ano, e muitos pescadores, mesmo após a aposentadoria, continuam realizando a pesca como forma de aumentar a renda.

A ilegalidade das atividades de renda realizadas no período do defeso prejudica diretamente a reprodução cotidiana dessa categoria, pois mesmo que alguns pescadores realizem “biscates” burlando a lei, outros, com medo de perder o benefício, acabam ociosos durante quatro meses do ano. O seguro defeso funciona como um seguro desemprego, por isso a ilegalidade das atividades. Talvez seja o momento de o governo analisar esse problema enfrentado pela categoria a fim de possibilitar uma alternativa que garanta uma renda mínima mas que torne esses pescadores ativos durante o defeso. A iniciativa da prefeitura, juntamente com a colônia de pescadores e a FURG, já é um avanço para esse setor, possibilitando a capacitação educacional de seus membros. Entretanto, possibilitar que eles possam, legalmente, ter outra fonte de renda também é necessário.

As perspectivas geracionais estão basicamente pautadas no investimento, por parte das famílias, na educação dos seus jovens. De todos os entrevistados, quando questionados sobre o que desejavam para o futuro de seus filhos, houve unanimidade na resposta: “que eles estudem e possam buscar empregos fora da pesca”. E o que se pode perceber é que, mesmo com esse desejo, alguns rapazes necessitam buscar emprego ainda muito cedo para contribuir com a renda familiar. Já as moças ficam em casa auxiliando as mães no trabalho doméstico, sobrando assim mais tempo para se dedicarem aos estudos como forma de capacitação para o trabalho fora da atividade pesqueira.

O investimento dos adultos na educação de seus jovens, entretanto, não é garantia para que se consiga desligamento total da pesca. Muitos jovens se interessam pela pesca, principalmente por ser uma atividade que requer pouco estudo e pode ser realizada de forma autônoma. Entre os entrevistados em Rio Grande, dois jovens relataram que gostavam da atividade de proeiro em barco de alto mar e se disseram satisfeitos com o trabalho que desenvolviam.

Por isso, mesmo com um forte investimento em educação visando a possibilidade desses jovens terem acesso a uma outra atividade econômica, são pequenas as possibilidades dessa atividade desaparecer. Primeiramente, porque os

barcos industriais, mesmo sofrendo com a alta concorrência, continuam sendo uma atividade viável; segundo, porque o meio urbano não possui capacidade de absorver todos esses jovens; e terceiro, porque há jovens interessados na atividade.

O presente trabalho não tem pretensões generalizantes e nem pode ser considerado um mapeamento de todas as estratégias de reprodução social existentes no município. No entanto, ele permitiu realizar um olhar diferenciado para a situação da pesca como um todo e em especial para o município de Rio Grande.

Referências

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm. Acessado em: 07 out. 2010.

BRASIL, 1967. **Código da Pesca:** decreto lei 221. Disponível em: <http://www.lei.adv.br/221-67.htm> . Acesso em: 21 abr. 2010.

BRASIL, 2005. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Disponível em www.mda.gov.br. Acesso em: 25 jun. 2010.

BRASIL, 2006. **Lei 11.326.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 30 abr. 2010.

BRASIL, 2008. **Resolução 3.559.** Disponível em http://www.cati.sp.gov.br/Cati/projetos/pronaf/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BC-3559%20Pronaf-2008_2009.pdf. Acesso em 07 nov. 2010

BRASIL, 2010. **Site oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Disponível em www.mda.gov.br. Acesso em 24 abr. 2010.

BRASIL. **Sistema de Informações Territoriais.** Disponível em <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>. Acesso em 30 out. 2010.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. 'Gênero e reprodução social na agricultura familiar'. **Nera**, Presidente Prudente, v.11, n.12, p. 6-17, jan-jun 2008. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/6_brumer_e_anjos_12.pdf. Acesso em: 20 out. 2010.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

COTRIM, Décio Souza. **Agroecologia, Sustentabilidade e os pescadores artesanais:** o caso de Tramandaí (RS). 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar,** São Paulo: Ática, 1983.

IBGE. **Censo populacional 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/RS2010.pdf>. Acesso em 24 nov. 2010.

CIOMMO, Regina Célia Di. Pescadoras e Pescadores: A questão de equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p.151-163, jan-jun 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171-194, jul-dez. 2008.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

MONTEIRO, S. M. M.;CALDASSO, L. P. **Análise institucional da pesca artesanal no município do Rio Grande/RS** In: 1º Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, 2004, Rio de Janeiro.

PASQUOTTO, Vinicius Frizzo. **Pesca Artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social**. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003.

SOUSA, Tanara Rosângela Vieira ; ABDALLAH, P. R. . Políticas Públicas e Atividade Pesqueira no Estado do Rio Grande do Sul. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. **Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: exportações, segurança alimentar e instabilidade dos mercados**. Juiz de Fora : Templo Gráfica e Editora Ltda., 2003. v. I. p. 289-233. Disponível em <http://www.ceema.furg.br/tanaraart.pdf>. Acesso em 10 mar. 2010.

SOUZA, Marco Aurélio Alves de. **Política e evolução da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul: 1960 – 1997**. 97 f. Dissertação (Mestrado). Centro de estudos e pesquisas econômicas – UFRGS, Porto Alegre, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade À Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" do nordeste. Republicado com o título "Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades 'pesqueiras' do nordeste". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 18, ano 7, 41-61, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1992.

TINOCO, Sônia T. J. **Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de reprodução e agropecuária familiares da região de Tupã, SP**. 73f. Tese (Doutorado) – Centro de Aquicultura, UNESP, Jaboticabal, 2006.